

### **A MORAL CRISTÃ NA PERSPECTIVA DE PEDRO (2Pe 1.3-11)**

#### CHRISTIAN MORALITY FROM THE PERSPECTIVE OF PETER (2Pe 1.3-11)

*Rangel Ramiro Ramos<sup>1</sup> e*

*José Neivaldo de Souza<sup>2</sup>*

#### RESUMO

A moral cristã não nega o corpo para o espírito, também não afirma o contrário, mas propõe uma vida equilibrada, de virtudes como amor, justiça e fé. É nas virtudes que o divino se humaniza e o humano se diviniza tornando-se um só corpo. A partir da segunda carta de Pedro (1.3-11) nos confrontaremos com o pensamento moral do século primeiro e com os discursos filosóficos que ali se sustentavam a fim de entender o pensamento cristão sobre as boas atitudes.

**Palavras-chaves:** Moral. Filosofia. Fé. Jesus Cristo.

#### ABSTRACT

Christian morality does not deny the connection of the body to the spirit, nor does it affirm the opposite, however, it proposes a balanced life of virtues such as love, justice and faith. The virtues which the divine becomes human and the human becomes divine become one body. From the second letter of Peter (1.3-11), the apostle confront us with the moral thinking of the first century and the philosophical discourses that were sustained in order to understand Christian attitudes on good behavior.

**Keywords:** Moral. Philosophy. Faith. Jesus Christ.

<sup>1</sup> Teólogo e tutor do EAD na Faculdade Teológica Batista do Paraná. E-mail: [rangelramos@live.com](mailto:rangelramos@live.com).

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia e doutor em Teologia. Leciona no curso de mestrado na FTBP e na Faculdade Evangélica do Paraná, Curitiba. E-mail: [neivaldo.js@gmail.com](mailto:neivaldo.js@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A proposta de Jesus Cristo não é uma filosofia moral, no sentido estrito do conceito, porém propõe mudanças de hábitos e renovação cultural ao partir de virtudes que, de certa maneira, encarnam os imperativos do Reino de Deus e, como bem observa Zingano,<sup>3</sup> a expressão, por excelência, da linguagem moral é a forma imperativa, indicando como devemos ou não agir.

A moral cristã não é dicotômica, isto é, não nega o corpo em favor do espírito e tampouco pretende afirmar o contrário, propõe sim uma vida equilibrada onde as virtudes do amor e justiça são favoráveis a uma vida harmoniosa. É nas virtudes que o divino se humaniza e o humano se diviniza tornando-se um só corpo. Neste sentido, a moral cristã se propõe simbólica e não diabólica.

A partir da segunda carta de Pedro (1.3-11) nos confrontaremos com o pensamento moral dos primeiros séculos e com os discursos filosóficos que ali se sustentavam como, por exemplo, o Estoicismo e Gnosticismo.

Para os estoicos Cristo teria o estatuto de *Logos*, isto é, deveria ensinar a partir da natureza, eterna e determinada, o caminho para uma vida feliz. Em outras palavras, o Estoicismo propõe que o princípio de adaptação moral se encontra determinado pela própria natureza, viver segundo sua exigência e não se opor a ela é o que faz a vida ter sentido.

O Docetismo, considerado pela Patrística como heresia, trazia em sua base a moral dualista dos gnósticos. Ao se confrontar com o evangelho interpretou as ações de Jesus sob duas realidades: real e aparência. O Jesus seria, nesta perspectiva, a sombra humana do Cristo divino, e suas ações, imagem da absoluta realidade: Deus. A revelação divina, longe de ser encarnação, nada mais é senão uma forma como Deus se mostra. Lohse<sup>4</sup> observa que, ao confrontar-se com a pessoa de Jesus Cristo, o gnóstico-cristão o via como mensageiro de Deus aos homens. Deus descera “em forma humana para não ser descoberto pelos poderosos antes do tempo previsto, mas não era verdadeiramente homem e, portanto, não assumiu o sofrimento e a morte”.

Tanto a moral gnóstica quanto a estoica seguem a lei da razão, ainda que, sob uma ótica, esta lei se expresse no abandono da matéria em favor do espírito e, sob outra, oriente-se pelos mandos do determinismo natural.

Jesus não é uma “sombra” de Deus isenta de sofrimento e dor ou um mestre conhecedor de uma moral predeterminada. A tradição teológica cristã é unânime

<sup>3</sup> ZINGANO, Marco. *As virtudes morais*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

<sup>4</sup> LOHSE, Eduard. *Contexto e ambiente do Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 250.

em dizer que entre Jesus e o Cristo não há contradição, ele é plenamente humano e plenamente divino, como dizia Baillie.<sup>5</sup> A fé nesta verdade faz do cristão um fiel seguidor e executor dos projetos de Deus revelados na encarnação.

Contudo, percebe-se que a composição da carta de Pedro se dá a partir do contato do autor com as linhas de pensamento filosóficas contemporâneas aos seus destinatários. Suas recomendações, a partir da fé na proposta de Cristo, se dão a fim de desenvolver nos leitores da carta uma moral de virtudes digna de ser contemplada e vivida, em contraste com a proposta filosófica. O presente trabalho se propõe em apontar semelhanças e contrastes entre texto canônico e definições filosóficas, tendo como tema principal a moral, seja ela cristão-teológica ou grego-filosófica.

## 1. A SEGUNDA EPÍSTOLA DE PEDRO

É uma das cartas apostólicas mais contestadas do Novo Testamento, fortemente influenciada pela cultura helênica e sua linguagem. É fruto do diálogo que a mensagem cristã travou com a cultura greco-romana. Segundo Hörster<sup>6</sup> em geral esta carta é vista como uma literatura do segundo século, porém, enquanto testemunho espiritual do apóstolo, o fato deve ser situado em Roma, nos anos 60.

Apesar da crítica, não é um escrito a ser negligenciado devido aos poucos comentários e o fato de não ter muitos estudos sobre ele. Não é uma “carta de palha” a ser excluída do Cânon, como defendiam alguns autores medievais e modernos como M. Lutero, Erasmo de Roterdã e J. Calvino. No contexto em que viveram não havia grandes descobertas como os achados do Alto Egito, Nag Hammadi (1945)<sup>7</sup> e Qumrã, favoráveis a uma hermenêutica mais objetiva do escrito.

Portanto, qual é a relevância desta epístola em nossos dias? À luz de grandes teólogos, podemos ver sua importância desde os primeiros séculos de nossa era. Apesar de a carta não ser exaltada por teólogos importantes como Irineu de Lião, Tertuliano, Cipriano e Clemente de Alexandria, a Patrística não a trata como heresia ou um escrito apócrifo (HÖRSTER, 1996).

Pesquisas situam as epístolas de Pedro num determinado contexto filosófico e religioso, onde gnósticos e estoicos aparecem como formadores de sentido para a vida

<sup>5</sup> BAILLIE, Donald M. *Deus estava em Cristo: ensaio sobre a encarnação e a expiação*. 2. ed. Tradução de Jaci Correia Maraschin. Rio de Janeiro: Juerp; Aste, 1983.

<sup>6</sup> HÖRSTER, Gerard. *Introdução e síntese do Novo Testamento*. Curitiba: Esperança, 1993.

<sup>7</sup> Foi encontrada, na cidade de Nag Hammadi, uma coleção de textos gnósticos dos três primeiros séculos da Era Cristã. Na jarra fechada havia alguns códices de papiro em couro com vários tratados gnósticos, escritos pertencentes ao *Corpus Hermeticum* e um escrito referente à *República* de Platão. Cf. *The Nag Hammadi Library: The Minor History Behind a Major Discovery*.

num momento em que há valorização da moral. De um lado a ideia gnóstica de mundos diferentes e ascensão da alma que, deixando os vícios da matéria, se dirige ao encontro do verdadeiro conhecimento, a virtude absoluta; do outro lado, a filosofia estoica, cuja unidade consiste em adaptação da natureza humana à natureza universal ou o *Logos*. Gnósticos e Estoicos, com sistemas diferentes, propunham uma produção de sentido.

Esta carta, em particular, foi uma reação a um pensamento humanista que, apesar de teoricamente se direcionar ao amor e à justiça divinos, muitas vezes não coadunavam a reflexão à ação. Segundo LHOSE (2004) os gnósticos, nesta direção, puramente dicotômicos e espiritualizados, tratavam com desdém o mundo material de tal forma a viver uma vida de libertinagem e permissividade dos prazeres. Muitos praticavam imoralidades e seus atos julgavam suas pregações. Aos falsos ensinamentos Pedro opõe a verdadeira sabedoria que vem de Jesus Cristo.

O esboço da carta determina sua preocupação moral:

- |         |  |
|---------|--|
| 1.1-2   | Cabeçalho  |
| 1.3-15  | A moral cristã tem como base a eleição e a vocação |
| 1.16-21 | Lembrança e profecia                               |
| 2.1-22  | Combate aos falsos ensinamentos                    |
| 3.1-13  | Sobre a <i>Parousia</i> e o fim dos tempos         |
| 3.14-18 | Exortação e saudação final                         |

A perícopie em questão se insere no contexto de 1.3-15 e tem como palavras-chaves: corrupção, eleição, vocação, virtude e pleno conhecimento, apontando para temas como a revelação de Deus e a santificação humana. A segunda carta de Pedro é endereçada a todos os cristãos e se destaca por alguns termos, estranhos ao mundo judaico, como virtude, conhecimento e coparticipação.

## 2. O CONTEXTO FILOSÓFICO-MORAL DA ÉPOCA

O desafio moral dos primeiros evangelistas foi além do anúncio da Boa Nova do Reino de Deus, implicou também renúncia de si e denúncia de toda injustiça praticada no mundo. Era preciso que a nova religião fortalecesse, diante dos mistérios justificados por antigas filosofias, sua identidade e pensamento.

### 2.1. O dualismo gnóstico

O pensamento gnóstico exaltava o dualismo entre espírito e matéria e tinha como propósito tornar-se uma realidade na cultura da época. O problema moral sobre o bem e o mal seguira esta estrutura que atraía outros opostos como: bom/mau, certo/errado

e, particularmente, humano/divino. Ainda que pretendesse decifrar o enigma de Deus, da alma humana e do mundo, o abismo implantado por esta doutrina era ilimitado.

A *gnosis* produziu uma vasta literatura denominada “apócrifa” pelos primeiros teólogos da Igreja cristã. Tais escritos não apresentavam uma unidade e muito menos uma preocupação cristológica. Apesar de atribuir a Jesus o papel de mestre no ensino dos mistérios, a moral gnóstica não se preocupava em exaltar a encarnação como uma verdade. Ao estilo de Sócrates, segundo esta filosofia, Jesus leva a pessoa a se deparar com sua própria ignorância, para daí começar uma batalha rumo ao discernimento entre o bem e o mal. O papel da salvação se resumia em opor a sabedoria e o conhecimento à ignorância do mundo.

Nos moldes platônicos a *gnosis* era transmitida a alguns por revelação. Por arrebatamento a alma adquire autoconsciência acerca de sua origem espiritual, da prisão neste mundo e do caminho a percorrer através dos mundos. A moral gnóstica se resume em dar respostas às perguntas antropológicas fundamentais: “De onde viemos?” “Quem somos nós?” “Para onde vamos?” O *Corpus Hermeticum*,<sup>8</sup> elaborado no final do primeiro século, procurava a solução para tais questões por meio de revelações divinas.

Na morte, segundo esta doutrina, o corpo se mistura à matéria e a alma começa uma longa viagem. Nesta subida, ela vai deixando, em cada esfera, as experiências adquiridas; numa, deixa a capacidade de progredir ou regredir em relação ao mal; em outra, deixa a cobiça que engana; numa, deixa o vício do poder e o ímpio; noutra, deixa o desejo de acumular riquezas e, numa outra ainda, deixa a falsidade e assim sucessivamente, até que, livre de todas as paixões, ela atinge a última esfera, a oitava, onde juntamente com as almas que conseguiram ascender, canta hinos louvando ao Pai.<sup>9</sup>

Eis a essência da moral gnóstica: a alma deve abandonar a matéria corruptível e, por ascensão do conhecimento, entrar no habitat celestial. Este discurso se fortalecia sobre bases filosóficas platônicas ao argumentar que a alma, ao encarnar-se, perdia o contato com a realidade que a originou, mas não perdia a capacidade de recordar e entrar em transe espiritual. Nos estágios de desencarnação e encarnação, e na evolução do conhecimento de si e de seu destino, a alma vai se aperfeiçoando, fugindo da corrupção causada pela cobiça humana, até chegar ao fim derradeiro ou a pureza do início: o Bem.

<sup>8</sup> *Hermeticum* vem de Hermes, deus grego revelador do conhecimento divino. *Corpus hermeticum* é o corpo de testemunhos do gnosticismo ou hermetismo pré-cristão.

<sup>9</sup> Cf. LOHSE, 2004, p. 26.

## 2.2. O naturalismo universal do estoicismo

Ao adotar uma moral fortalecida pelo testemunho de vida do próprio Cristo, a Igreja primitiva anuncia o primado da fé. Tal primazia não quer dizer negação da razão humana, mas “linha de largada”, a partir da qual começa uma caminhada de reflexão e ação em direção à eternidade.

A corrente estoica se originou da “*stoa poikité*”, ou seja, do Pórtico das Pinturas. Ali, no ano 300 a.C., o filósofo Zenão rompeu com o Cinismo de Antístenes e desenvolveu uma doutrina que, mais tarde, seria divulgada em todo império greco-romano por meio de Cleantes de Asos, Crísipo de Soli<sup>10</sup> e, por fim, Sêneca, Epicteto e o Imperador Marco Aurélio, nos primeiros séculos de nossa era. O Estoicismo batia de frente ao Epicurismo, cuja teologia afirmava que, se há um deus ou deuses, estas divindades não teriam compromisso com esta realidade e menos ainda com os homens a fim de intervirem em sua existência, como observara Champlin.<sup>11</sup> Também se opunha ao Ceticismo, do qual a ideia de verdade parte da dúvida: a verdade deveria ser suspeitada e, por isso, tudo deveria passar pela “prova”.

Zenão, assim como os epicuristas, dividira sua filosofia em três partes: Lógica, Física e Moral.<sup>12</sup> Monique Canto,<sup>13</sup> ao discorrer sobre a doutrina de Zenão, observa que é uma articulação entre as três disciplinas que também faziam parte de todos os sistemas de pensamento helênico. Ao contrário dos cínicos, investiu nas técnicas da dialética, no conhecimento das leis naturais e, principalmente, numa postura crítica aos seus contemporâneos.

No campo da moral, seguindo o sistema metafísico, o Estoicismo pregava um determinismo absoluto. Para os estoicos as leis naturais foram harmoniosamente traçadas pelo *Logos*, a razão universal. A liberdade consistia em seguir estas leis e aceitar o inevitável; do contrário, a vida não passava de escravidão e dor. Sob esta ótica, não existia o mal e, se acaso fosse concebido, seria em razão dos escravos e da

<sup>10</sup> Segundo CORBISER (1974, p. 56) “foi o principal filósofo da escola do qual já se disse que se Crísipo não tivesse existido não teria havido estoicismo”.

<sup>11</sup> CHAMPLIN, Russel Norman. *Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia*. 3. ed. São Paulo: Candeia, 1995, v. 2.

<sup>12</sup> ABBAGNANO (1999, p. 375) atribui ao estoicismo, pelo menos, oito fundamentos, dentre eles “a) Conceito de uma razão divina que rege o mundo e todas as coisas do mundo; segundo, uma ordem necessária e perfeita. Doutrina segundo a qual, assim como o animal é guiado infalivelmente pelo instinto, o homem é guiado infalivelmente pela razão e esta fornece a ele normas infalíveis de ação que constituem o direito natural; b) condenação total de todas as emoções e exaltação da apatia como ideal do sábio”.

<sup>13</sup> Cf. SPERBER, Monique Canto. *Dicionário de ética e filosofia moral*. Tradução de Ana Maria Ribeiro, Magda França Lopes, Maria Vitória Kessler de Sá Brito e Paulo Neves. São Leopoldo: Unisinos, 2003. v. 1, p. 579.

perversão daqueles que o designaram. Sêneca, acerca disso, observou que é preciso evitar pessoas que criticam todas as coisas e procuram motivos para brigas: “mesmo que eles demonstrem fidelidade e benevolência, pois é inimigo da tranquilidade o companheiro inquieto e que geme por tudo”.<sup>14</sup>

Estar em harmonia com todas as coisas que previamente já foram determinadas, eis o sentido da existência humana. Viver bem consiste em agir com apatia diante de emoções. Emoções boas ou ruins dependem da interpretação do sujeito que as vivencia. Nada, fora do humano, pode prejudicá-lo, por isso agir conforme a natureza não implica prejuízo - pelo contrário, é caminho para uma vida feliz. O filósofo Sêneca se orgulhava de ter se entregado totalmente à natureza como admirador e servo. Duas coisas, segundo ele, a natureza exigia: reflexão e ação. A moral, para Sêneca, é expressão de uma alma que pensa e age tendo como fim a realização de si:

São inúmeras as propriedades do vício, mas o seu efeito é um só: o aborrecer-se consigo mesmo. Isto nasce do desequilíbrio da alma e dos desejos tímidos ou pouco prósperos, visto que não ousam, tanto quanto desejam ou não o conseguem. Desta forma, realizam-se apenas na esperança. Sempre são instáveis e volúveis. Por todas as vias tentam realizar seus desejos. Eles se instruem e se conduzem para coisas desonestas e difíceis e, quando o seu trabalho é frustrado, atormentam-se não por terem desejado o mal, mas por tê-lo desejado em vão.<sup>15</sup>

O Estoicismo se caracteriza pelo “*telos*” a que se propõe. Viver “em acordo” ou em “conformidade” a uma razão, eis sua finalidade. Sêneca, neste pequeno trecho, mostra que o conflito leva à infelicidade. Sperber<sup>16</sup> observa, nesta direção, que a estratégia moral do estoicismo diante das paixões não consiste em moderá-las, mas em extirpá-las: “não são seus excessos que são perigosos, elas próprias são perigosas, já que constituem excessos”. Extirpar os conflitos internos, controlar a alma e compreender a razão da existência humana são objetivos claros da moral estoica.

Diógenes Laércio observava, acerca do termo “natureza” a que Zenão se referia, como uma realidade “universal”, assim como concebia Crísipo. Tanto a natureza humana, particular, quanto a natureza universal devem ser observadas dialeticamente. A moral estoica se submete a esta articulação entre naturalismo e racionalismo. A natureza é o universo racional e as escolhas racionais possuem um valor moral: a felicidade. Esta ideia justifica, segundo SPERBER (2003, p. 584), a moral dos estoicos, traduzida

<sup>14</sup> SENECA. *Da tranquilidade da alma*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

<sup>15</sup> SENECA, 2009, p. 42-43.

<sup>16</sup> SPERBER, 2003, p. 581.

por Diógenes Laércio: “viver segundo a virtude é viver segundo a experiência do que acontece naturalmente”. As naturezas individuais são parte do todo, logo a vida virtuosa e a vontade divina supõem um acordo. Nas experiências humanas há a certeza de que nossas escolhas são justificadas, porém não necessariamente satisfeitas. As frustrações, advindas daí, não são incompatíveis com os desígnios da razão universal ou o *Logos* divino.

Além da fórmula de Diógenes há outras a serem ressaltadas, como: “fazer bom uso de sua razão na escolha das coisas naturais e na rejeição das coisas que lhe são contrárias” e “fazer tudo o que está em seu poder, de maneira contínua e sem nenhum esmorecimento, com vistas a obter o que prevalece naturalmente”. Esta última expressa bem a moral estoica ao observar que o bem não é contraditório e, por isso, deve ser identificado a uma forma de vida corajosa e esforçada.

A linha de pensamento helenístico contribuiu e muito para o desenvolvimento da doutrina cristã. Não podemos negligenciar este fato. No diálogo com tais correntes o cristianismo se firmou e continua oferecendo uma novidade: a salvação. Entendemos, a partir desta leitura, que o diálogo não é aceitação ou negação do pensamento alheio, mas entendimento, ainda que as verdades não confluem.

### 3. UNIDADE NA DIVERSIDADE: A MORAL CRISTÃ NA PERSPECTIVA PETRINA

A pregação de Pedro é clara e objetiva. A fé é desafiada a dialogar com os valores morais da época, entre eles: virtude, conhecimento, autocontrole, perseverança, fraternidade e amor. O autor expõe seu propósito a partir de um paradigma: Jesus Cristo. Eis o texto da Nova Tradução Internacional da Bíblia (2Pe 1.3-11):

3. Seu divino poder nos deu tudo de que necessitamos para a vida e para a piedade, por meio do pleno conhecimento daquele que nos chamou para a sua própria glória e virtude. 4. Dessa maneira, ele nos deu as suas grandiosas e preciosas promessas, para que por elas vocês se tornassem participantes da natureza divina e fugissem da corrupção que há no mundo, causada pela cobiça. 5. Por isso mesmo, empenhem-se para acrescentar à sua fé a virtude, à virtude o conhecimento, 6. ao conhecimento o domínio próprio; ao domínio próprio a perseverança; à perseverança a piedade, 7. à piedade a fraternidade e à fraternidade o amor. 8. Porque, se essas qualidades existirem e estiverem crescendo em sua vida, elas impedirão que vocês, no pleno conhecimento de nosso Senhor Jesus Cristo, sejam inoperantes e improdutivos. 9. Todavia,



se alguém não as tem está cego, só vê o que está perto, esquecendo-se da purificação dos seus antigos pecados. 10. Portanto, irmãos, empenhem-se ainda mais para consolidar o chamado e a eleição de vocês, pois se agirem dessa forma jamais tropeçarão II. e assim vocês estarão ricamente providos para entrarem no Reino eterno de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.

Os dois primeiros versículos apresentam o autor e, a partir do terceiro, é introduzido o assunto a ser tratado: a oposição aos ensinamentos que levam à corrupção, fruto da cobiça. Nos versículos 3 e 4 o autor demonstra aos leitores o que Deus providenciou ao seu povo e, por fim, apresenta algumas recomendações para que o cristão seja frutífero neste mundo.

A partir dos versículos 3 e 4 encontramos o tema central da carta: o chamado do cristão para a evasão da corrupção existente no mundo. O poder proveniente de Deus concede tudo o que o ser humano necessita para desenvolver uma vida digna, pois foi o próprio Deus quem o elegeu coparticipante da natureza divina.

Para Green<sup>17</sup> não é pelo próprio esforço que a pessoa alcança a plenitude do conhecimento divino e tampouco se adaptando a uma razão universal, mas pela vontade suprema que o convoca, em Jesus Cristo, a desenvolver a excelência de seu caráter. O autor aceita dialogar com a filosofia gnóstica e estoica acerca dos valores morais, a serem contemplados na vida, porém, em oposição a eles, afirma que o ponto de partida e chegada não se encontra na vontade humana, mas na Graça de Deus, manifestada em Cristo Jesus. É o poder de Deus que capacita o fiel e não sua própria natureza, corrompida pelo pecado.

A partir do quarto versículo vemos como este processo se dá. Em primeiro lugar, a promessa divina possibilita a participação humana no plano de salvação; em segundo, Deus convoca para a renúncia da corrupção humana. As naturezas, divina e humana, não conseguem se desenvolver com a mesma intensidade quando uma oprime a outra. Na perspectiva petrina, a moral cristã deve optar por abandonar a corrupção e não por aceitá-la como sentido de vida.

Pedro não defende a absorção do ser humano pela divindade, isso seria impossível à identidade pessoal e se tornaria um obstáculo à teologia do “encontro”. Para ele, a união real se dá no Cristo; somente nele a humanidade torna-se coparticipante, construindo já e agora, o reino de Deus.

<sup>17</sup> GREEN, Michael. *II Pedro e Judas*. Introdução e comentário. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova; Mundo Cristão, 1993.

A partir da fé em Jesus Cristo o fiel se abandona ao poder de Deus, reconhece sua fragilidade humana e procura fugir da corrupção do mundo. Esta fuga é um artifício racional de controle sobre a vontade pecaminosa.

Os estoicos faziam listas de virtudes entendendo que, pela moral, a humanidade pode se adaptar à razão universal. A diferença entre a moral estoica e a cristã está no fato de que, para esta, o desenvolvimento de tais virtudes não é um resultado da vontade humana, mas efeito da atuação de Deus. Se, para os gnósticos, a fuga do mal está no conhecimento do bem e, para os estoicos, tal fuga diz respeito ao conformar-se com a realidade, para os cristãos, orientados pela Palavra, somente pelo poder da Graça o fiel é capaz de renunciar ao mal e manter-se firme em seu chamado.

Pela Graça, segundo Siepierski,<sup>18</sup> Deus concede força para renunciar aos males do mundo e perseverar no propósito para o qual toda humanidade foi eleita. O cristão, segundo Pedro, foi chamado a fugir da corrupção do mundo e frutificar o reino de Deus.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano está em constante desenvolvimento moral. Os estoicos foram os primeiros a se preocuparem com este fato e entenderam que por meio de uma vida subordinada à natureza universal conseguiriam atingir o ápice de sua existência: o bem. Pensaram que, com seu esforço, se desprenderiam da matéria corruptível e alcançariam o desenvolvimento pleno.

Também a filosofia gnóstica tinha o seu valor moral. À luz do platonismo entendia que a alma é responsável por sua própria ascensão. Em outro mundo haveria uma linha de chegada cuja divindade estaria à espera das almas vitoriosas, pronta a celebrar com elas a felicidade eterna.

A discussão gnóstica e estoica é fundamental para o autor bíblico a fim de produzir sua mensagem e desenvolver seu discurso religioso, pois virtude, conhecimento, autocontrole, perseverança, piedade, fraternidade e amor eram valores contemplados por estas filosofias que acabaram por sustentar algumas crenças, principalmente aquelas ligadas aos mistérios. O problema moral destas doutrinas está em impor ao ser humano algo que, por si mesmo, é impossível sustentar: a salvação.

Para Pedro o reino de Deus não se limita à moral, mas comporta transformações morais. Se estas correntes acreditavam que o verdadeiro sábio deveria governar a si

<sup>18</sup> SIEPIERSKI, Paulo. *II Pedro e Judas*. Curitiba: Encontro, 1997.

mesmo a ponto de superar-se e alcançar a virtude universal, no cristianismo o sábio é aquele que renuncia a si mesmo, acrescentando à certeza da fé os valores necessários a uma vida cidadã. Em Cristo, Deus quer todo ser humano coparticipante de sua divina natureza e se há esforço por parte do fiel, tal esforço já é obra da Graça.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BAILLIE, Donald M. **Deus estava em Cristo: ensaio sobre a encarnação e a expiação**. 2. ed. Tradução de Jaci Correia Maraschin. Rio de Janeiro: Juerp; Aste, 1983.

CHAMPLIN, Russel Norman. **Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia**. 3. ed. São Paulo: Candeia, 1995. v. 2.

CORBISIER, Roland. **Enciclopédia filosófica**. Petrópolis: Vozes, 1974.

FRIBERG, Barbara e Timothy. **O Novo Testamento grego analítico**. São Paulo: Vida Nova, 2006.

GREEN, Michael. **II Pedro e Judas**. Introdução e comentário. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova; Mundo Cristão, 1993.

HÖRSTER, Gerard. **Introdução e síntese do Novo Testamento**. Curitiba: Esperança, 1993.

LOHSE, Eduard. **Contexto e ambiente do Novo Testamento**. São Paulo: Paulinas, 2004.

SAMPLEY, J. Paul. **Paulo no mundo greco-romano: um compêndio**. Tradução de José Raimundo Vidigal. São Paulo: Paulus, 2008.

SBB. **Novo Testamento interlinear grego-português**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2004.

SENECA. *Da tranquilidade da alma*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

SIEPIERSKI, Paulo. *II Pedro e Judas*. Curitiba: Encontro, 1997.

SPERBER, Monique Canto. *Dicionário de ética e filosofia moral*. Tradução de Ana Maria Ribeiro, Magda França Lopes, Maria Vitória Kessler de Sá Brito e Paulo Neves. São Leopoldo: Unisinos, 2003. v. 1.

ZINGANO, Marco. *As virtudes morais*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

### Sites

Diógenes Laércio: Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/>>. Acesso em: 17 maio 2003.

Ética Única: Disponível em: <[www.algosobre.com.br/](http://www.algosobre.com.br/)>. Acesso em: 17 maio 2003.